

Ramos, Guerreiro: O Problema Nacional do  
Brasil. Rio de Janeiro: Ed.Saga, 1960.

## **A Problemática da Realidade Brasileira**

O tema dêste estudo — «**A problemática da realidade brasileira**» — envolve, desde que gravemente considerado, questões que podem ser incluídas entre as mais complexas do pensamento sociológico contemporâneo.

Aquêles que, no Brasil e em outros países, se têm ocupado em definir em termos globais a sociedade nacional, incidem, com freqüência, em formulações insuficientes e incorretas.

Decorre êsse fato, em larga margem, de dupla desatualização das atuais correntes sociológicas, isto é, de uma desatualização teórica e de outra extra-teórica, reflexa do comportamento do sociólogo como cidadão.

O reconhecimento de tal situação já constitui, no entanto, sintoma promissor. Na medida em que os sociólogos dela se apercebam, tornam-se capazes de conjurar o desafio que encerra.

Antes de passar ao exame dessa desatualização, observemos que a realidade nacional nada mais é do que a realidade social constituída pelos ingredientes peculiares de uma nação. Importa, assim, tratar preliminarmente da realidade social em sua acepção genérica, como introdução metodológica ao estudo de um aspecto histórico, contingente desta realidade — no caso, a realidade brasileira.

Como já se disse, a realidade social é, atualmente, «questão disputada», tendo sido, aliás, uma categoria mais pressuposta do que explícita entre os sociólogos. São poucos aquêles que, como Georges Gurvitch e, antes dêle, Hans Freyer e Hermann Heller, enfrentaram o tema e procuraram aprofundar a sua análise.

Ainda vigoram, em nossos dias, correntes que, implícita ou explicitamente, admitem uma noção empírica da realidade social, considerando-a como algo «coisificado», objetivado, exterior ao homem. A essa atitude, sem dúvida, corresponde uma redução da perspectiva à **sociedade produzida**, isto é, aos aspectos objetivos da realidade social, aos aspectos em que se nos apresenta externamente, em seu revestimento empírico. É certo que essa realidade nos é dada diretamente, na forma empírica de seus ingredientes, na qual se incluem não só os seus elementos visíveis, sua base geográfica, sua população, etc., como outros elementos igualmente concretos, porém menos materiais como as atitudes, os símbolos, as condutas padronizadas. Todos êsses elementos nos são dados empiricamente, sem dúvida. Todavia, não se alcança a noção satisfatória da realidade social enquanto se pretende reduzi-la a tais ingredientes. Assim procedendo, adota-se o que Ernst Bloch chama de «perspectiva de *ra*»<sup>(1)</sup>, uma perspectiva que não habilita a transcender os contornos externos imediatos dos fenômenos e que por isso leva necessariamente a tautologias e não a conceitos.

Êsses ingredientes, na verdade, constituem a **realidade social produzida**. Existe, porém, a **realidade social em produção**, em particípio presente, e que, em última análise, se reduz à mediação. Os ingredientes empíricos da realidade se dinamizam pela mediação do homem. A realidade social se efetiva enquanto o homem se apropria daqueles ingredientes objetivos que encontra produzidos por outros homens relacionados entre si. A realidade social, como diz Heller, é efetividade humana, realidade efetuada pelo homem.

A sociologia, desde o seu nascimento, esposou um conceito de realidade social em termos empíricos e até o presente não se livrou desse vício de origem, como seria de desejar. Começou, com efeito, com Augusto Comte a tentativa de estudar a sociedade, como se ela se resumisse em um conjunto de fatos exteriores ao homem, apreensí-

veis pela observação, num procedimento semelhante ao do físico diante dos objetos do mundo natural. A sociologia positivista pretende ser ciência de «fatos», que induz dêles as suas leis. E' necessário salientar bem essa tese da supremacia dos «fatos», pois é nela que reside a falácia fundamental de todo positivismo e de todo empirismo. Quando os epígonos dessa sociologia diziam, e dizem ainda, que era preciso «subordinar a imaginação aos fatos», que o estudioso devia examinar os «fatos» sem paixão e sem entusiasmo, ou como simples «objetos de observação», eram levados em última análise, não pròpriamente à compreensão da sociedade, mas à apologética de uma ordem social dominante.<sup>(2)</sup> A conversão da realidade social em realidade sujeita a leis naturais invariáveis, ou a determinismo absoluto, escamoteia a essência daquela realidade, cujo dinamismo a liberdade humana, embora parcialmente<sup>(3)</sup>, também constitui.

Durkheim sistematizou, como se sabe, no seu livro «Les Règles de la Méthode Sociologique», o empirismo sociológico. Preconiza, nessa obra, o tratamento dos fatos sociais como se fôsem «coisas», na qualidade de **data**, em função das «propriedades que lhes são inerentes». O empirismo sociológico concebe assim os fatos sociais, como se fôsem neutros, como se nêles não estivessem investidas intencionalidades humanas.

Por estas regras metodológicas (são minoria os que delas se liberaram) ainda se pauta o trabalho sociológico nos Estados Unidos, na Europa e nos países colonizados, ainda sem consciência crítica, como o Brasil, onde é extensa a influência da teoria sociológica e antropológica norteamericana, precisamente a menos capaz de transpor os marcos empiristas em que se encontra.

E' êsse empirismo que transparece na tentativa dos que pretendem elaborar a compreensão de uma sociedade nacional por meio de mera coleção de fatos, de estudos monográficos de comunidades, «surveys» locais, como se

dêsse material bruto se pudessem extrair categorias compreensivas.<sup>(4)</sup>

O que merece restrição no trabalho sociológico assim conduzido não é a preocupação pelos fatos — mas a concepção mesma dos fatos, que subestima o papel fundamental da **praxis** na compreensão sociológica, admite que o significado dos fatos sociais passa a ser apreendido pela mera percepção dos seus revestimentos empíricos, ou atribui à percepção externa, sensorial, nas funções cognitivas, importância que ela não tem. O pensamento — diz Ernst Bloch — deve partir dos fatos, não para deter-se nêles, como em simples conteúdos sensíveis, nem tampouco para somá-los indefinidamente, porém com a finalidade de considerá-los como indícios de um processo, procurando nêles descobrir conexões efetivas e atuantes, que não são precisamente fatos, nem descrição dêles, mas produto da função do pensar, que recebe o nome de conhecimento.

Em todo fato social se contém mais do que o puramente fenomênico, pois o seu significado só pode ser apreendido mediante «um processo de interação que relaciona o pensamento e a realidade, a teoria e a prática».<sup>(5)</sup> Os objetos da **empirie** — escreve Georges Luckács<sup>(6)</sup> — são momentos da totalidade, isto é, do conjunto social que se transforma ao longo da história. Como uma corrente de água subterrânea<sup>(7)</sup>, que se torna visível na superfície da terra, assim se manifesta a realidade social em seus acidentes empíricos. A coleta de fatos não tem sentido se não fôr orientada pelo ponto de vista da totalidade, por um a priori. Esse a priori não é arbitrário, mas está objetivamente implicado, como princípio, na vida prática do sujeito cognoscente. Os fatos não podem ser compreendidos como fatos isolados, separados, fixos, mas como elos de uma conexão infinita, como partes de uma totalidade significativa. Mesmo os que negam essa tese em palavras, a afirmam na conduta prática. Para o pensamento — diz Henri Lefebvre<sup>(8)</sup> — é impossível limitar-se à observação: a infinita complexidade do real o esmagaria. Os «fatos» são manifestações, aparências da conexão universal,

de uma totalidade e, portanto, contêm mais do que significa diretamente o seu revestimento externo. Na crítica dos adeptos do empirismo sociológico, valem observações como estas de Henri Lefebvre «... Ils croient partir des faits purs et simples, mais en vérité ils pensent; ils ne peuvent pas ne pas penser; ils emploient — sans le savoir — des catégories et notions; ils conceptualisent mais le plus souvent sans le savoir et sans savoir comment.» E complementando estas observações transcreve Hegel: «Si on les écoute ils observent, ils disent ce qu'ils voient, mais cela n'est pas vrai, car sans s'en rendre compte ils transforment ce qu'ils voient en concept».

Pode-se afirmar que a teoria global de uma sociedade é o requisito prévio para a compreensão de suas partes.

Não é, porém, apenas o empirismo que torna difícil o estudo da problemática de uma sociedade nacional. Ainda no plano do instrumental teórico, é necessário evitar a interpretação da realidade social em termos da preponderância sistemática de determinado fator, seja a raça, seja o clima, ou outra condição geográfica, seja a economia, seja a cultura, seja a alma ou o caráter nacional, ou de outro qualquer fator.

A realidade social jamais pode ser resultante de fator isolado. Em primeiro lugar, porque o seu verdadeiro sujeito é sempre o homem. E' o homem que, pela mediação, efetiva a realidade social. E' êle que faz a sociedade, não segundo o seu arbítrio, não como lhe apraz, mas de acordo com as possibilidades do contexto de que faz parte. A mediação do homem é o aspecto fundamental, a ressaltar em uma teoria não dogmática da realidade social. Tal teoria não nega a influência de determinados fatores, nem mesmo a eventual preponderância dêste ou daquele. Todavia não «antropomorfiza» nenhum fator isolado, isto é, não aliena do homem o seu atributo de mediador, em benefício de um fator isolado, como a raça, a economia, o clima, ou de uma ficção, como o «caráter nacional». Não nega o papel predominante que determinado fator possa exer-

cer, mas não admite como sistemática essa predominância. Considera, além disso, os fatos sociais, conforme adverte Georges Gurvitch<sup>(9)</sup>, desenvolvendo fecunda sugestão de Marcel Mauss, como fenômenos totais, «cujos diferentes aspectos perdem o sentido desde que são isolados». Natureza, cultura e sociedade são dialeticamente mediadas pelo homem na realidade social e, como diz Hermann Heller<sup>(10)</sup>, condicionadas sempre pela total conexão cósmica.

Não é por acaso que se retorna aqui à categoria de totalidade, categoria chave das ciências sociais, que permite conjurar qualquer modalidade de dogmatismo, seja o das idéias, seja o dos fatos; seja o da natureza, seja o da cultura; seja o do indivíduo, seja o da sociedade. Na totalidade, os diferentes aspectos estão compenetrados e implicados uns nos outros e a partir do seu ponto de vista se resolve, por exemplo, a falsa oposição — indivíduo versus sociedade.

O empirismo e o dogmatismo são as principais insuficiências da teoria sociológica atual, a que nos referimos inicialmente.

Mas o sociólogo de nossos dias terá de precaver-se contra limitação extrateórica que ameaça a validade de seus trabalhos. A sociologia, ao tornar-se um labor puramente acadêmico, confinado ao âmbito escolar, trai a sua vocação original. A sociologia foi criada por homens de propósitos reformadores, preocupados em achar soluções para os problemas de sua época e de sua sociedade. Ora, um equívoco ideal acadêmico pode levar a sociologia ao alexandrinismo, ao mandarinismo, o que, aliás, já é perceptível, na produção sociológica de vários países.

Não há outro meio de conhecer a realidade social se não participando dela — eis um ensinamento dos sociólogos mais operantes que a história registra. Só pertencendo existencialmente ao acontecer social — diz Freyer — só enquanto participamos volitivamente de seu desenvolvi-

mento, podemos captá-lo, pensando-o como o que é, como realidade. Sociologia sem **praxis** é um **non-sens**. Apenas ~~professôres de sociologia e literatos~~ travestidos de sociólogos a admitem. //

A sociologia que não exprime, no plano categorial, a consciência militante de determinada época e de certa sociedade não passa de concepção morta. O sociólogo deve assim referir a sua especulação a um engajamento efetivo. O puro labor acadêmico, no domínio da sociologia, é estéril. |

E' na medida em que retomar a condição clássica dos fundadores de sua ciência que o sociólogo de hoje poderá realizar um trabalho fecundo. Isso é verdade, sobretudo, quando se desafia o sociólogo a diagnosticar a problemática da sociedade em que vive. Nesse caso, especialmente, deverá seguir a regra de Jaspers, segundo a qual a condição fundamental para descobrir a verdade é a apropriação de sua base histórica. //

Nessa ordem de idéias, isto é, partindo de um **sum**<sup>(11)</sup> (sou brasileiro), procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sôbre qualquer outra, no domínio das ciências sociais em nosso país. Não deveríamos partir para estudos de pormenor antes de têmos consciência crítica da realidade social do país. Aqui também é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes. |

Na realização dêsse estudo, consideraremos a realidade brasileira como um fenômeno total, na acepção de Mauss, isto é, como um todo cujos caracteres se apresentam, não só no conjunto, como em cada uma de suas partes, variando apenas de escala, de uma para outro.

O aspecto fundamental da problemática do nosso país consiste em aguda tensão entre forças centrípetas e forças centrífugas nêle atuantes. Na verdade, essa tensão sempre existiu e, por isso mesmo, podemos encontrar em



nosso passado antecedentes das situações que hoje estão-se tornando dramáticas. No passado, porém, as forças centrípetas, por carecerem de suportes objetivos, foram plenamente dominadas pelas forças centrífugas e, por isso, aqueles antecedentes não passaram de episódios singulares, que não chegaram a corporificar tendência definida e consistente.

Em termos concretos, a tensão aguda a que me refiro é nitidamente perceptível no plano econômico.

Um dos antecedentes mais importantes desta tensão é a crise do café, iniciada em 1929. Aos estoques acumulados desse produto não se apresentava a possibilidade de exportação, não só em virtude da depreciação mas também por força da restrita elasticidade da demanda do produto. Esse fenômeno — a escassa elasticidade da procura externa do café — impede que nossas exportações cresçam, mesmo quando os países importadores se recuperam economicamente, a partir de 1934. Na década de trinta, a cotação internacional do café segue uma linha de declínio, permanecendo em baixa estável apenas de 1933 a 1937. O preço do café que, entre 1920 e 1929, se mantivera em torno de 47 centavos de dólar por libra, baixara em 1927 para 25,5. Além disso o consumo do produto nos Estados Unidos pouco se alterava. Em 1937 era de 13,10 libras **per capita**, enquanto entre 1920 e 1929 se mantivera em torno de 12 libras.<sup>(12)</sup>

Tais desequilíbrios em nossas relações de intercâmbio restringiam a nossa capacidade de importar, forçando, assim, a orientação dos fatores de produção no sentido da expansão da produção interna para o mercado nacional. Esta tendência centrípeta de nossa economia não é nova. É nítida em todo o período republicano. Novo, no entanto, é o fato de que, a partir de 1930, essa tendência centrípeta se torna preponderante no dinamismo de nossa economia. O crescimento desta passava a ser decisivamente condicionado pela expansão da produção para o mercado interno, em vez de o ser pela exportação. Nossa economia

passava a ser forçada a mobilizar os seus fatores endógenos para prosseguir em seu desenvolvimento, de vez que os fatores exógenos se alheavam dêsse desenvolvimento.

Graças à expansão da produção interna, o Brasil reduziu para 12%, no ano de 1952, a taxa de dependência entre a renda nacional e a procura de importação, taxa essa que, no período de 1925-1929, era de 22%.

Nessas condições, a emancipação é, atualmente, um processo dominante no nível econômico.

A exportação que, em 1939, representava 13,8% de nossa renda territorial, passou em 1952 a representar apenas 7,3%. Confrontando com a produção geral, a exportação correspondia a 24,4% em 1939, e apenas a 8,4% em 1952. Fenômeno complementar se nota em relação à importação que atendia em 1939 a 12,9% do consumo e, em 1952, a 10,9%. (12-a)

O impasse que êsses dados traduzem se reflete em todos os níveis da sociedade brasileira. Êsse impasse, que jamais se apresentou de modo tão agudo, suscita verdadeiro cisma na vida brasileira, cisma que consiste na coexistência, no País, de duas sociedades: uma velha, com todos os seus compromissos com o passado; outra recente, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda.

A superação dêsse desequilíbrio constitui tarefa criadora em todos os níveis da sociedade. Em outros estudos, examinei as implicações dêsse impasse no nível econômico, no nível político, no nível social e no nível institucional. Neste estudo, como já disse, tratarei apenas do aspecto global da questão.

O «cisma» referido é o fato básico, constitutivo da atual problemática da realidade brasileira, ou seja, da crise que o País está vivendo. Mas, se é verdade que essa crise nos atinge dolorosamente, pois somos o seu espírito

e a sua carne, também é verdade que podemos dela tirar grande partido, porquanto nenhum momento é mais propício do que o crítico, para trazer ao plano da reflexão o que nos condicionava, sem que disso tomássemos consciência. E' vivendo profundamente a crise brasileira que poderemos ganhar em lucidez e compreendê-la.

A vivência dessa crise nos instala numa perspectiva ambivalente. Somos e não somos ao mesmo tempo, no tocante à velha sociedade a que nos referimos. Se, porém, podemos descrever de modo crítico a velha sociedade, é porque estamos saindo dela e olhando-a do ponto de vista da sociedade nova.

Nessas condições, a descrição sumária a que vou proceder, embora se caracterize pelo que nega, postula o seu contrário. Esse contrário é o nosso projeto, em função do qual avaliamos a presente circunstância brasileira.

O presente estudo é tipológico e nêle utilizarei as seguintes categorias compreensivas: a de dualidade, a de heteronomia, a de alienação, a de amorfismo e a de inautenticidade.

**Dualidade** — As condições que presidiram à formação do Brasil lhe impuseram uma dualidade básica em todos os seus aspectos. Essa dualidade foi inicialmente descoberta no campo econômico, graças ao economista Ignácio Rangel<sup>(13)</sup>, mas é uma característica global do País. Com efeito, país colonizado, é uma coisa externamente e outra internamente. Nas relações com os demais países somos forçados a nos revestir da forma dominante na esfera internacional. Essa forma, no entanto, tem sido sempre, do ponto de vista faseológico, superior à que o País apresenta internamente. O Brasil é uma coisa quando visto do exterior e outra, visto de dentro. Essa dualidade é uma lei básica de nossa formação, historicamente inevitável. Quando alguns sociólogos vislumbraram êsse fenômeno, não percebendo as suas causas materiais, tentaram explicá-lo em termos de patologia. O País teria sido assim, segundo êles, por uma deficiência psicológica do caráter

nacional, por uma deficiência racial, geográfica. O fato é, porém, puramente histórico. A dualidade do País resulta da conexão histórico-universal de que participa.

Desde que o Brasil é revelado ao mundo pela descoberta, passa a ser alcançado pela lei da dualidade. A fazenda de escravos no Brasil do século XVI, como observa Rangel, estava sujeita a duas ordens de leis: internamente as da etapa escravagista; externamente as da etapa capitalista. Em todos os períodos de nossa história se verifica êsse fenômeno. Atualmente se verificam, no Brasil, duas economias dominantes: uma, quanto às relações internas de produção; outra, quanto às relações externas de produção. O capitalismo brasileiro, visto de fora, encontra-se em grau de desenvolvimento superior ao do desenvolvimento interno, isto é, para efeito de relações externas, já alcançamos a etapa do capitalismo de Estado em que o mercado internacional passou a ser essencialmente público e monopolista, enquanto no interior o capitalismo nacional se desenvolve dentro de marcos privados e liberais.

Se pormenorizarmos ainda a análise, considerando as diversidades regionais internas do Brasil, então ressalta não mais a dualidade, antes a multiplicidade. O Brasil é um país em que se registra a mais eloqüente ilustração da «contemporaneidade do não coetâneo», pois apresenta «aspectos bem definidos de tôdas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana».

«Temos — diz Rangel — o comunismo primitivo nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, nas áreas pioneiras, onde, sob a aparência das dívidas, se compram e vendem, não raro, os próprios homens; temos o feudalismo, sob diversas formas, um pouco por todo o País; temos o capitalismo em tôdas as suas etapas: mercantil, industrial, financeira. Por cima de tudo isto, temos o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo».

Essa multiplicidade se reduz à dualidade, se identificarmos a economia dominante dentro e fora do País. Tais fatos mostram claramente a impossibilidade de compreender a realidade brasileira por meio de análises de pormenor, como, por exemplo, as de cunho antropológico, ou seja, sem a consideração da conexão universal, em que o País se integra.

Mas a lei de dualidade, como disse, pode ser generalizada para todos os aspectos da vida brasileira. Tanto coletiva como individualmente, temos sempre um repertório de posturas expressamente pra inglês vêr. Pra inglês vêr é, em grande parte, o nosso aparato institucional. Todavia, observe-se que o caráter transplantado das instituições brasileiras só à luz da lei da dualidade se explica objetivamente.

A transplantação no Brasil não se explica por que o povo brasileiro não tenha imaginação criadora, nem por que seja predisposto à imitação. A transplantação no Brasil se explica pela sociologia da dependência e da dualidade; e se tornou inevitável desde que teve de comparecer no campo internacional na forma aí dominante. Quando, por exemplo, em 1822, o Brasil se tornou politicamente independente, estava longe de ser uma nação do ponto de vista histórico-sociológico. Faltavam-lhe, para tanto, condições objetivas como, entre outras, um sistema nacional de transportes e de comunicações e um mercado interno. Obedeceu, todavia, a um imperativo histórico ao revestir-se de forma nacional, ainda que esta forma, naquela data, fôsse fictícia.

*Imitação ou Mimetismo*

**Heteronomia** — O fenômeno da imitação até recentemente era explicado pela psicologia e pela sociologia de modo tautológico. Dizia-se que uma fôrça inerente ao indivíduo o levava a imitar. Haveria assim um caráter imitativo. A chamada teoria do campo («field theory») veio contestar a validade de tal explicação. A imitação não é uma fôrça inerente a sujeito algum. Como adverte uma autoridade em «field theory», J. F. Brown, não existe uma

fôrça chamada imitação que cria determinados objetivos, ao contrário, são situações dinâmicas que provocam a imitação.

Os países formados por colonização exibem um caráter mimético resultante da situação global em que estão. O prestígio das metrópoles se lhes impõe inexoravelmente. Diante do imperialismo dêsse prestígio, não é dado ao país colonizado fazer opções, nem lhe pode ocorrer mesmo a idéia de opção, senão a partir da possibilidade real de liquidar sua dependência. O caráter nacional de um povo não é um dado independente dos fatores que o constituem, está implicado nêles.

Eis por que a sociedade brasileira tem sido marcada pela heteronomia. A heteronomia é um fenômeno diferente da dualidade. A dualidade de um país colonizado é inevitável, mesmo que êsse país tenha adquirido a consciência crítica de sua realidade, mesmo que o seu povo seja dotado de um profundo orgulho nacional. Países como a China e a Índia são necessariamente duais, nas condições contemporâneas do mundo, mas escassamente heteronômicos, comparados com aquêles que nao chegaram a criar um estilo cultural próprio, antes de serem alcançados pelo processo colonizador. Nesses países sem tradição cultural, o processo colonizador suscita entre os colonizados o que Toynbee chamaria de mimesis, isto é, a adesão aos moldes culturais e tecnológicos de mais prestígio, resultando daí a heteronomia.

A mimesis amortece a capacidade de avaliação crítica dos produtos culturais e tecnológicos importados.

No complexo institucional do Brasil, é evidente a heteronomia. Os critérios aqui vigentes não são induzidos, grosso modo, da realidade nacional. São induzidos da realidade de outros países. Há uma constante simetria entre nossas instituições e as dos países europeus ou dos Estados Unidos. Atualmente a heteronomia, no Brasil, é particularmente notória no nosso sistema administrativo, todo

êle instalado sem reflexão crítica e recortado segundo critérios abstratos e importados.

No domínio econômico, é significativo o desgaste que representa para os nossos recursos a vigência de certos hábitos de consumo imitados. Parcela considerável de nossas divisas é gasta nas importações de bens suntuários ou supérfluos por fôrça da heteronomia do gôsto e dos hábitos da população brasileira.

Alguns de nossos grandes estadistas tentaram isoladamente anular a heteronomia, de modo prático. Um dêles foi o Visconde do Uruguay (Paulino José Soares de Souza, 1807-1866), quando se opôs, em sua época, à implantação no Brasil de um federalismo livresco e, por meio da lei de Interpretação do Ato Adicional, conseguiu assegurar a centralização administrativa no Império. O Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza, 1813-1889), foi outro empreendedor lúcido, antecipando no seu tempo idéias hoje vitoriosas entre os economistas latino-americanos mais avançados.

Dizia o Barão de Mauá: «...cumpre estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinam certos fenômenos são diversas, e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns daria em resultado ficarem êstes sèriamente comprometidos em outros, se o bom senso nacional não repelisse o presente grego que os chamados mestres de ciência lhe querem impor». (Mauá, *Autobiografia.*)

Também Pandiá Calógeras soube discernir o perigo a que estava exposta a nossa industrialização, enquanto não se fizesse um esforço de orientá-la segundo processos adequados às particularidades do nosso meio. Uma das ameaças que pesa sôbre esta industrialização consiste em subordiná-la a critérios heteronômicos. Assim é que Calógeras, verificando a escassez de combustíveis no Brasil

de seu tempo, preconizava a resolução dos nossos problemas industriais em função da eletricidade, ou seja pela utilização de nossas fontes de energia hidráulica.

Não é sem motivo que os homens que se aperceberam da heteronomia da sociedade brasileira foram os que mais se assinalaram como homens práticos. Sòmente a **praxis**, realmente, ontem como hoje, converte o pensamento aos fatos.

**Alienação** — Emprego esta palavra como antônimo de autodeterminação. Incluimo-nos entre os povos que têm sido proletariado externo dos países do centro econômico. Sucede, assim, que a sociedade brasileira é profundamente marcada pela alienação, pois ainda não está plenamente ao seu alcance a manipulação direta dos fatores do seu desenvolvimento. A alienação é essa deficiência de comando de si próprio e resulta, não apenas de condições psicológicas, mas de condições materiais. A alienação pertence à ordem dos fatos, decorre da interdependência das várias partes do mundo e só praticamente pode ser eliminada.

No plano econômico, significa a alienação brasileira que o País ainda não completou o elenco de transformações de sua estrutura interna, de modo tal que lhe permita plasticidade na adaptação às ocorrências externas. A nossa capacidade de adaptação a conjunturas externas é rigidamente condicionada por um centro econômico cujo dinamismo permanece alheio à nossa interferência imediata.

A alienação é fundamentalmente êsse fenômeno e tem amplas repercussões na sociedade brasileira. Pela alienação, esta sociedade é induzida a ver-se a si mesma segundo uma óptica que não é a própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é sujeito. E êsse desvio de óptica, expresso em muitos documentos de seu repertório cultural, coonesta uma situação de fato. Há, entre nós, tóda uma produção cultural equivocada que confirma o que acabamos de dizer.



**Amorfismo** — Nesse ponto, utilizo amplamente as observações de Roberto Fabregat Cuneo em **Caracteres Sudamericanos** — (México. 1950). Para êste sociólogo, as energias psíquicas do homem sul-americano se dispersam sem alcançar objetivos, não se acumulam, ou concluem por introverter-se estèrilmente, por falta de formas que organizem o seu esforço e lhe dêem antecedentes e conseqüentes.

As sociedades sul-americanas, como a brasileira, são sociedades, por assim dizer, em branco, desprovidas de pautas consistentes nas quais possa transcorrer o esforço coletivo em dada época e de geração a geração. A forma dessas sociedades não é vida e sua vida não é forma, como diria Schiller.

Alberto Tôrres<sup>(14)</sup>, aliás, já havia focalizado, como Fabregat o faz para a América do Sul, o amorfismo da sociedade brasileira, que não evolui pròpriamente pela mediação de forma a forma, mas por improvisos, em que tudo começa sem antecedentes.

Haveria razão de caráter espacial que impede a sociedade brasileira, como as sul-americanas, de adquirir forma. Nossas noções de direito e filosofia reclamam ambientes relativamente povoados, onde a natureza não constitui obstáculo às formas mais férteis de convivência humana e as regiões desta classe — diz Fabregat — são poucas na América do Sul. Transcrevo Fabregat: «E' difícil fazer-se idéia de estar alguém no Ocidente quando se acha na velha cidade de Cuzco. Os suportes da psicologia inglesa, as leis do salário e as normas familiares se esfumam numa navegação do Alto Paraná. A própria idéia de democracia se torna pálida, flutuante e quase incompreensível numa jornada de cem quilômetros, na qual não se divisa uma casa e apenas algum ser humano. A tradição, a famosa tradição, que impõe tantos limites à vida européia, se evapora no trópico e mesmo os simples costumes quotidianos sofrem forçosas aberrações e adaptações. Até a religião abdica da imutabilidade de seus dogmas e assim entre

as massas... se pratica um catolicismo estranhamente misturado com formas pagãs. O sistema métrico decimal, a moeda, o traje à européia são coisas desconhecidas ou que não podem usar-se em vastas regiões do continente».

A organização superestruturária de nossa sociedade, carecendo de forma ou de relação orgânica com as peculiaridades do País, se altera simètricamente conforme as sucessivas influências que recebe do exterior. Não decorre, êsse mimetismo, apenas da rarefação demográfica em nossos espaços vazios, mas se integra, como parte, na situação colonial da sociedade brasileira e das sul-americanas.

E' o fato colonial como um «fato total» que, por sua dinâmica, dificulta os «processos de forma a forma», que «assegurem e canalizem a produção de um **continuum** vital, dando origem a uma verdadeira evolução, conforme jôgo bipolar: potência e resistência, influxo renovador e formas estabelecidas que o aguardam com sua imensa reserva de inércia e que êste impulso, por sua vez, aproveite como sustentáculo» (Fabregat). Nossas formas, estilos e modos — diz Fabregat — não oferecem a suficiente resistência ao impulso vital. «As renovações mais profundas — escreve ainda êste autor — acontecem nas ordens prolixamente constituídas; nunca nos meios recém-expostos à cultura. Assim, o budismo brota da secular pauta do bramanismo; o cristianismo, da rígida ortodoxia hebraica; a Reforma, de um catolicismo definitivamente organizado; a Revolução, de uma ordem monárquica burguesa, cujas posteriores cristalizações foram nada menos que a enciclopédia e a economia nacionalista. Por outro lado, observamos que, quando a civilização européia chega à América e aí se derrama, não se produz nenhuma forma de cultura que faça honra à magnitude do Descobrimento. Ocorre simplesmente um transplante de formas européias, que se adaptam ou se deformam segundo as particulares regiões do Continente, sem nenhuma rivalidade que estorve sua expansão, sem resistência alguma que as obrigue a reelaborar-se «des-

de dentro». Por isso, não existe forma sul-americana propriamente dita».

Essas observações de Fabregat retratam, com finura, um aspecto global das sociedades formadas por colonização, como a brasileira. Mas, a própria universalidade do amorfismo em sociedades de formação semelhante à nossa está a mostrar que êsse fenômeno não se explica em termos de geografia apenas. É uma situação global, a chamada situação colonial<sup>(15)</sup>, que a esclarece a fundo. Da dinâmica desta situação é que resultam não só o amorfismo, como os caracteres anteriormente enumerados.

**Inautenticidade** — A inautenticidade é, como se sabe, uma categoria da filosofia da existência. Com esta palavra, filósofos como Heidegger se referem a tôda espécie de existência falsificada ou perdida em mera aparência.

Ora, a análise sociológica da sociedade brasileira, enquanto objetiva, conclui por sua inautenticidade, o que consiste em pautar-se o País econômica, política, social e culturalmente, por normas que não permitem a atualização de suas possibilidades e que vigoram à custa de contínuo deficit de seu ser.

O conjunto destas normas em que inserimos a nossa existência não resultou, senão em pequeníssima escala, de genuínas experiências. Os nossos valores são abstratos, nisto que não representam uma apropriação racional e simpática dos acidentes de nossa imediata moldura natural e histórica.

A essência da autenticidade é a apropriação pelo sujeito do próprio ser. Mas, no Brasil, a superestrutura normativa e modeladora da vida nacional, assimilada dogmáticamente pelos cidadãos, os incompatiliza com sua realidade.

Temos sido, assim, como os «mercenários inconscientes» de que fala Euclides da Cunha, em «Os Sertões», participantes da nossa expropriação.

Na perspectiva do vir-a-ser da sociedade brasileira, é patente hoje uma axiologia negativa inscrita nos quadros modeladores de nossos pensamentos, de nossas vontades, de nossos sentimentos, de nossas emoções.

A confirmação dessa assertiva poderá fazer-se pelo exame do estado cultural de nossos quadros intelectuais, de nosso sistema educacional, de nossa psicologia coletiva.

Mas é a consciência dessa inautenticidade que atesta o advento de um impulso renovador, que não está surgindo por acaso, mas por imperativo do processo configurador da nova sociedade brasileira.

A percepção dos aspectos negativos da atual sociedade brasileira é indício positivo, é sintoma de que nela já existem os suportes objetivos de uma consciência crítica. Na verdade essa consciência crítica da realidade nacional, de longa data, vinha sendo assinalada em manifestações isoladas. O Visconde do Uruguay (1807-1866), o Barão de Mauá (1813-1889), Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Tôrres (1865-1917), Pandiá Calógeras (1870-1934) são momentos esporádicos dessa consciência crítica. Mas em nossos dias ela começa a generalizar-se. É que a consciência crítica de uma nação é também produto histórico. Só surge quando é historicamente necessária. Quando a nação já possui as condições que lhe permitem apoderar-se do seu destino.

---

## Notas

- (1) Cfr. Ernst Bloch, **El pensamiento de Hegel**. México. 1949.
- (2) Sobre o significado ideológico do positivismo, cfr. Herbert Marcuse, **Reason and Revolution**, New York, 1941.
- (3) «...la liberté humaine... entre comme élément constitutif dans toute réalité sociale, où elle se ren-

contre, se confronte, lutte et pactise avec les déterminismes sociaux...» (Gurvitch, «Déterminismes Sociaux et Liberté Humaine», Paris. 1955. pág. 3). «La réalité humaine prise collectivement aussi bien qu'individuellement, produit ses propres déterminismes et les combat, les limite, les domine par la liberté qui se dégage de son effort...» (Idem).

- (4) Estão muito difundidos atualmente na América do Sul os métodos sociográficos norte-americanos (antropológicos e sociológicos). No Brasil, o autor tem procurado mostrar a fraca rentabilidade teórica de tais métodos e vem propondo, em substituição aos mesmos, a adoção de pontos de vista globalizantes.
- (5) Cfr. Marcuse. Op. cit.
- (6) Citado em Hermann Heller, **Teoria del Estado**. México. 1942.
- (7) Imagem diltheyana. Cfr. Juan Roura Parella, **El Mundo Histórico Social**. México. 1947.
- (8) Cfr. Henri Lefebvre «La notion de totalité dans les sciences sociales», in **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. XVIII. 1955.
- (9) Cfr. Georges Gurvitch, **La Vocation Actuelle de la Sociologie**. Paris. 1950.
- (10) Vide H. Heller. Op. cit. Pág. 101.
- (11) Assumindo posição de autenticidade étnica, o autor conseguiu mostrar como, no Brasil, o que se tem considerado «problema do negro» é, em larga escala, reflexo da patologia social do «branco brasileiro». Consulte-se o seu estudo «O Problema do Negro na Sociologia Brasileira», in **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo**. Rio. 1954.
- (12) Cfr. Hélio Jaguaribe, Curso mimeografado sobre «Situação atual do Brasil», ministrado no Instituto

Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, em 1954. Cfr. também: Celso Furtado, **A Economia Brasileira**. Rio. 1954.

- (12a) Vide H. Jaguaribe, op. cit.
- (13) Cfr. Ignácio Rangel, «Seminário de Estudos de História Econômica do Brasil». Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política. Mimeografado. 1954.
- (14) Cfr. Alberto Tôrres, **O problema nacional brasileiro**. São Paulo. 1938.
- (15) Na acepção de Georges Balandier in «La Situation Coloniale: Approche Théorique», **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. XI. 1951. Cfr. também Balandier, «Contribution à une Sociologie de la Dépendence», **Cahiers**, Vol. XII, 1952.

(1956)